

Processo n.º 7831/2007  
Apenso n.º 121.000.181/2006 (4 volumes)  
Origem Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central-  
CODEPLAN  
Interessado Instituto Candango de Solidariedade  
Assunto Prestação de Contas  
Ementa **Prestação de Contas** do Contrato de Gestão n.º 22/2004.  
**Decisão n.º 1296/2008** - citação dos responsáveis.  
**Decisão n.º 7955/2009 e Acórdão n.º 251/2009** - considera revéis os responsabilizados que se mantiveram silentes em relação à citação e tem por improcedentes as razões aduzidas pelos demais, aplicando, a todos, a responsabilidade por responder pelo ressarcimento do débito apurado de forma solidária, além da multa aplicada.  
**Decisão n.º 2328/2010** - admite recurso manejado, suspendendo a eficácia dos itens III, IV e V da Decisão n.º 7955/2009 e do Acórdão n.º 251/2009, em relação aos recorrentes.  
**Decisão n.º 5264/2010** - adota a mesma providência anterior em relação a novo recurso manejado; conhece de embargos de declaração, rejeitando-os, no mérito; deixa de acolher pedidos que advogavam a aplicação do instituto da delação premiada no processo administrativo conduzido pelo Tribunal; o sobrestamento das deliberações nos autos até a conclusão do Inquérito n.º 650-STJ; a oitiva do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
**Apresentação de novo recurso** - Pelo conhecimento

Excelentíssima Senhora Presidenta,

Referem-se os autos à prestação de contas dos recursos repassados ao então Instituto Candango de Solidariedade (ICS) à conta do Contrato de Gestão n.º 22/2004, celebrado em 01.09.2004 e rescindido em 20.12.2004, com a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) tendo por objeto o fomento e a execução de atividades relativas à área de desenvolvimento tecnológico e institucional.

2. Em 10.12.2009, a Corte prolatou a Decisão n.º 7955/2009 e o Acórdão que a acompanha, de n.º 251/2009, fs. 485-486, deliberando por:

a) *considerar revéis os Senhores Ricardo Lima Espíndola, Paulo César de Araújo Gonçalves, Eloá Alves da Conceição Carneiro e Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, nos termos do § 3.º do art. 13 da Lei Complementar n.º 01/1994 - **item II**;*

b) *ter por improcedentes as alegações de defesas apresentadas pelos Senhores Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Dirlene Fiel dos Santos Souza, Mariana Trindade Altoé, Adilson Waldemar Raposo Júnior, Benjamim Sejismundo de Jesus Roriz, José Vital de Araújo Fagundes, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Lázaro Severo Rocha, Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali, Durval Barbosa Rodrigues, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Cristiano Machado Roriz, João Medeiros de Sousa, José Mariano, Gleno Rossi e Gerson Fernando dos Santos Pinto - **item III**;*

c) *autorizar a cientificação dos responsabilizados nos autos sobre a rejeição das alegações de defesa e a necessidade de procederem ao recolhimento dos valores*

apurados nos autos até então (R\$ 48.251.690,01 a título do débito solidário e R\$ 12.536,00 sob a forma de multa) - itens IV e V.

3. *Em decorrência, a ICE procedeu à cientificação dos responsabilizados, exceção feita aos Senhores Paulo César de Araújo Gonçalves e Adilson W. Raposo Júnior, que ainda não foram cientificados quanto ao que fora deliberado, em que pese as várias tentativas levadas a efeito com esse desiderato.*

servidores	documento de cientificação n.º	data de recebimento
Eunice Ferreira dos Santos Miotto	19/10.b-1.ª ICE (f. 590)	08.06.2010
Ricardo Lima Espíndola	15/10-1.ª ICE (f. 491)	26.03.2010
Paulo César de Araújo Gonçalves	-	-
Eloá Alves da Conceição Carneiro	17/10.b-1.ª ICE (f. 515)	29.04.2010
Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel	18/10.b-1.ª ICE (f. 516)	07.05.2010
Dirlene Fiel dos Santos Souza	20/10-1.ª ICE (f. 496)	09.04.2010
Mariana Trindade Altoé	21/10.b-1.ª ICE (fs. 551 e 601)	31.05.2010
Adilson Waldemar Raposo Júnior	-	-
Benjamim Sejsmundo de Jesus Roriz	23/10-1.ª ICE (f. 499)	29.03.2010
José Vital de Araújo Fagundes	24/10.b-1.ª ICE (f. 552)	05.05.2010
Edimar Pireneus Cardoso	25/10.b-1.ª ICE (f. 518)	13.05.2010
João Ignácio Perius	26/10.b-1.ª ICE (f. 519)	11.05.2010
Lázaro Severo Rocha	27/10-1.ª ICE (f. 503)	26.03.2010
Manoel Pereira de Lucena	28/10.b-1.ª ICE (f. 520)	10.05.2010
Emílio Carlos Vitali	29/10-1.ª ICE (f. 505)	26.03.2010
Durval Barbosa Rodrigues	30/10-1.ª ICE (f. 506)	25.03.2010
Carlos Eduardo Bastos Nonô	31/10-1.ª ICE (f. 507)	22.04.2010
Carlos José de Oliveira Michiles	32/10-1.ª ICE (f. 508)	09.04.2010
Vagner Gonçalves Benck de Jesus	33/10-1.ª ICE (f. 509)	12.04.2010
Cristiano Machado Roriz	34/10.b-1.ª ICE (f. 521)	29.04.2010
João Medeiros de Sousa	35/10-1.ª ICE (f. 511)	26.03.2010
José Mariano	36/10-1.ª ICE (fs. 512 e 523)	20.04.2010
Gleno Rossi	37/10.b-1.ª ICE (f. 592)	07.06.2010
Gerson Fernando dos Santos Pinto	38/10-1.ª ICE (f. 514)	26.03.2010

4. Posteriormente, em razão do acostamento aos autos de nova documentação (fs. 575-581, 582-585, 593-598, 602-605, 607-622 e 623-627), a Corte acabou por editar, em 05.10.2010, a Decisão n.º 5264/2010, f. 656:

a) *admitindo os recursos de reconsideração manejados pelos Senhores Mariana Trindade Altoé e Cristiano Machado Roriz, conferindo efeito suspensivo aos itens III, IV e V da Decisão n.º 7955/2009 e ao Acórdão n.º 251/2009, no que toca aos mesmos - **item I**;*

b) *acolhendo os embargos de declaração apresentados pelos Senhores João Ignácio Perius e Gleno Rossi contra os termos da Decisão n.º 7955/2009 e Acórdão n.º 251/2009, para, no mérito, negar-lhes guarida - **item II**;*

c) *deixando de conhecer os pedidos postos pelos Senhores Durval Barbosa Rodrigues, Carlos José de Oliveira Michiles e Carlos Eduardo Bastos Nonô*

(reconhecimento dos efeitos do instituto da delação premiada em sede do processo administrativo do Tribunal, sobrestamento dos autos até que se verificasse o deslinde do Inquérito n.º 650-STJ; oitiva do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) e pelo Senhor Vagner Gonçalves Benck de Jesus (sobrestamento dos autos até que se verificasse o deslinde do Inquérito n.º 650-STJ), tendo em vista a ausência de amparo legal, conjugado com a independência das instâncias e a inaplicabilidade do instituto da delação premiada ao processo administrativo levado a efeito no âmbito do Tribunal - item III.

5. Ainda no decorrer do processamento da cientificação dessa outra deliberação, o Senhor Vagner Gonçalves Benck de Jesus entendeu por manejar, em 02.12.2010, o pedido visto às fs. 676-679, demandando a reforma da Decisão n.º 7955/2009 e do Acórdão n.º 251/2009, dado o seu entendimento de que, à época, respondia pela chefia da assessoria técnica da CODEPLAN, unidade responsável por encaminhar os estudos detalhados de TI (confeção e execução de projetos básicos) e que dentro do seu espaço de atuação não deteria qualquer poder de decisão acerca do ajuste celebrado entre a empresa pública e o então ICS.

6. A propósito, deve-se reconhecer que o pleito emana de pessoa que detém legitimidade para atuar no feito; indica as razões de fato e de direito que estariam a justificar a reforma da Decisão n.º 7955/2009 e do Acórdão n.º 251/2009 e foi manejado de modo tempestivo, tendo em mente que a maneira em que se dá a responsabilização nos autos se amolda ao critério de citações múltiplas, hipótese em que o prazo para se contrapor tem início a partir do recebimento da cientificação pelo último, o que ainda não ocorreu, dado que a ICE ainda não teve êxito na localização dos Senhores Paulo César de Araújo Gonçalves e Adilson Waldemar Raposo Júnior. De mais a mais, não se pode perder de vista que, por se tratar de pedido incidente sobre deliberações Plenárias constantes de processo de prestação de contas, o seu conhecimento deva ocorrer sob a forma de recurso de reconsideração.

Dessa forma, tomo a liberdade de disponibilizar o feito à elevada consideração da d.ª Presidência, com a recomendação de que seja conhecido, como recurso reconsideração, o documento colocado pelo Senhor Vagner Gonçalves Benck de Jesus às fs. 676-679, com a consequente suspensão dos itens III, IV e V da Decisão n.º 7955/2009 e do Acórdão n.º 251/2009, no que tange à sua pessoa, tudo de conformidade com a redação do art. 33 da Lei Complementar n.º 01/1994 c/c o art. 188, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno.

Brasília(DF), em 20.12.2010.

José Barbosa dos Reis  
Inspetor